

textos para
discussão
gemmaa

Ações afirmativas e
desempenho acadêmico: uma
análise da Universidade
Federal do Piauí

Laís Müller N. Braz
Poema Eurístenes
Jefferson B. de Freitas
Airton Santos

201

Expediente

Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ
Instituto de Estudos Sociais e Políticos – IESP

Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa

<http://gema.iesp.uerj.br>
gema@iesp.uerj.br

Coordenadores

João Feres Júnior

Luiz Augusto Campos

Pesquisadoras/es Associadas/os

Anna Carolina Venturini

Bruno Salgado

Jefferson Belarmino de Freitas

Laís Müller

Marcell Machado

Marcelle Felix

Marcia Cândido

Poema Eurístenes

Raissa Rodrigues

Assistentes de pesquisa

Águida Bessa

Caroline Serôdio

Gizelle Castro

Izabele Petersen

Juliana Flor

Louise Menezes

Marcos Vinicius Morais

Vivian Nascimento

Capa, layout e diagramação

Luiz Augusto Campos

Caroline Serôdio



20/ textos para discussão gemaa

Ações afirmativas e desempenho acadêmico: uma análise da Universidade Federal do Piauí¹

Laís Müller N. Braz
Pesquisadora IESP-UERJ

Poema Eurístenes
Pesquisadora IESP-UERJ

Jefferson B. de Freitas
Pesquisador IESP-UERJ

Airton Santos
Pesquisador UFPI

Esse texto examina a trajetória acadêmica de ingressantes da Universidade Federal do Piauí (UFPI) que optaram pela política de ação afirmativa em 2013, primeiro ano de implementação da Lei 12.711. A partir dos dados dos estudantes de todos os 54 cursos de graduação distribuídos em cinco campi da UFPI no estado, comparamos as trajetórias desses indivíduos com as daqueles que ingressaram na universidade via ampla concorrência no mesmo ano. O objetivo da pesquisa é verificar se há diferenças entre cotistas e não-cotistas quanto às notas no processo seletivo de acesso à instituição; ao rendimento em disciplinas com base no Índice de Rendimento Acadêmico (IRA); e à evasão dos cursos. Para tanto, observamos os diferentes grupos de cotas fixados pela legislação, que normatiza a reserva de vagas em instituições federais de ensino superior para egressos de escolas públicas, considerando critérios étnico-raciais e de renda familiar. Apesar de apresentarem rendimento levemente inferior no processo seletivo de ingresso na universidade, cotistas tendem a ter um índice de rendimento acadêmico maior que aquele dos não-cotistas, assim como tendem a abandonar menos a graduação, apesar de ambos os grupos atingirem altos números nesse quesito.

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

A UFPI e as ações afirmativas

A Universidade Federal do Piauí (UFPI) é uma instituição pública de Educação Superior fundada em 1 de março de 1971². Ela surgiu da fusão de algumas faculdades isoladas que existiam no estado do Piauí. Foi uma das primeiras instituições brasileiras a implementar política de cotas sociais para alunos de escolas públicas, em 2006, mas somente após a aprovação da Lei 12.711, em 2012, adotou cotas étnico-raciais.

Segundo Passos e Gomes (2014), o projeto de cotas da Universidade Federal do Piauí surgiu como fruto de uma iniciativa da administração superior da universidade. O projeto foi pensado para estimular a expansão de vagas e de cursos, bem como para contornar o problema da baixa participação de alunos egressos de escolas públicas em graduações de alta concorrência. Antes da adoção desse tipo de política, os alunos de escola pública eram minoria entre os inscritos no vestibular. No ano de 2005, por exemplo, apenas 34,5% do total de candidatos inscritos no vestibular da UFPI eram egressos de escolas públicas. Isso acontecia apesar de tais estudantes representarem 81% dos egressos do ensino médio do estado do Piauí no ano citado, segundo dados do INEP de 2006 (PASSOS; GOMES, 2012).

A política de cotas sociais foi aplicada inicialmente ao Programa Seriado de Ingresso na Universidade (PSIU), implementado na seleção de 2007. Na ocasião, o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPEX) reservou cotas de 5% (cinco por cento) das vagas de cada curso para candidatos que tivessem feito a educação básica integralmente (nível fundamental e médio) em escolas públicas. É importante salientar que o PSIU, sistema de ingresso da UFPI na época, adotava dois modelos de ingresso. O primeiro desses modelos ganhava forma ao longo de três etapas, uma em cada ano do ensino médio. O segundo deles era mais condensado: as três etapas eram realizadas no mesmo ano. A política de cotas foi aplicada a esses dois modelos de ingresso.

² Agradecemos ao pesquisador André Felix pelo auxílio essencial na etapa de tratamento dos dados quantitativos.

O sistema de reserva de vagas para egressos da rede pública foi mantido na instituição até a sanção da Lei 12.711, que uniformizou as cotas sociais e raciais para todas as Universidades Federais brasileiras³. De acordo com essa Lei, um percentual de 50% de vagas deveria ser reservado a estudantes de escolas públicas e, dentro dessa reserva, deveriam ser respeitadas subcotas para estudantes de baixa renda e para pretos, pardos e indígenas, conforme a composição racial do estado⁴.

Sendo a maior instituição do estado do Piauí, a UFPI é o principal destino de indivíduos que visam o diploma de ensino superior. Desse modo, a instituição constitui-se como um caso relevante para entender os impactos de uma política de ação afirmativa. Afinal, grande parte da população piauiense se enquadra nos grupos a serem beneficiados pelas cotas no que concerne à raça/etnia e à escola de origem, mas não consegue acessar a instituição por esta ser historicamente elitista.

Cabe registrar que o Piauí é um dos estados com maior população preta do Brasil (9,4%), ficando atrás apenas da Bahia (17,1%), Rio de Janeiro (12,4%) e Maranhão (9,7%). Em relação à população parda, ele figura em segundo lugar no Nordeste (64%), logo atrás do Maranhão (66,5%), segundo os dados do Censo do IBGE de 2010.

Em 2012, ano em que os ingressantes de nossa amostra prestaram o processo seletivo para ingresso na UFPI, 86,9% dos alunos no último ano do ensino médio no estado do Piauí eram matriculados em escolas públicas; em contrapartida, apenas 13,1% vinham de escolas particulares, segundo dados do INEP (2018a). Apesar desses números, apenas 44,8% de aprovados no vestibular da UFPI são egressos de escola pública, uma desproporcionalidade que demonstra que ou a maioria dos concluintes do ensino médio público piauiense não se inscreve no vestibular, ou não consegue aprovação nele. Em 2018, 88,1% de alunos no último ano do ensino médio estão na rede pública de ensino e apenas 11% em redes particulares (INEP, 2018a).

³ A Lei teve seu texto alterado, em 2016, pela Lei 13.409, que adiciona um novo grupo de reserva: pessoas com deficiência.

⁴ O texto da lei estipula que, para determinar as reservas raciais, deverá ser levado em conta percentual mínimo correspondente ao da soma de pretos, pardos e indígenas no estado, de acordo com o último censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A taxa de aprovação no ensino médio regular do Piauí também guarda dinâmicas sociais relevantes. Isso porque tal indicador apresenta influência na eficiência do fluxo escolar, ou seja, na progressão dos estudantes entre etapas/anos do ensino médio no estado. Quanto a esse aspecto, o índice de aprovação nas escolas públicas é de 81,5%, enquanto, em escolas particulares, tal índice chega a atingir 94,6% (INEP, 2018b).

Considerando o histórico anterior à Lei da Universidade Federal do Piauí e a configuração demográfica e educacional singular do Piauí, é importante analisar o processo de democratização do acesso ao ensino superior por diversos aspectos. Além de ser uma das primeiras instituições a ter cotas, em 2019, a UFPI conta com 39.930 alunos regularmente matriculados, caracterizando-se como uma universidade de grande porte. Entretanto, apesar da importância da instituição no contexto piauiense e, mais amplamente, no contexto nordestino, não há estudos sobre o desempenho acadêmico de cotistas da instituição. A exceção é a dissertação de mestrado da principal autora do texto aqui em apresentação (BRAZ, 2017). Sendo assim, este estudo trata de uma realidade pouco abordada em análises empíricas.

Nesse sentido, desenvolver uma pesquisa com foco em uma universidade nordestina busca a diversificação dos referenciais no debate sobre o tema, de modo que informações ligadas a essa realidade e suas análises nas ciências sociais não se restrinjam aos grandes centros do país.

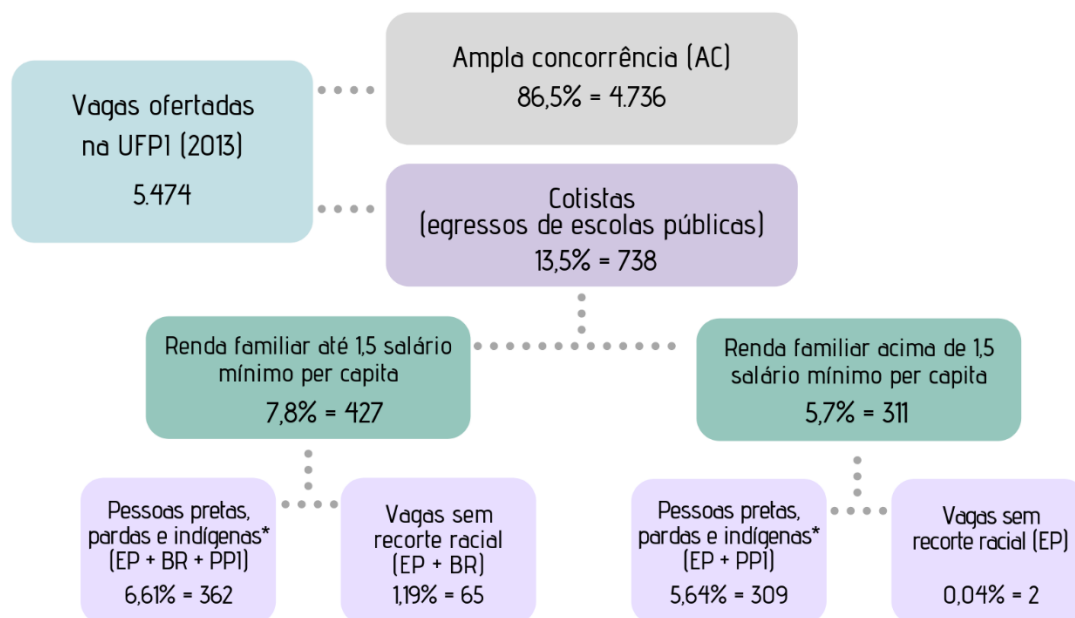
Metodologia

Este Texto para Discussão (TD) analisa o perfil e o desempenho acadêmico de todos os estudantes ingressantes nos 54 cursos de graduação distribuídos pelos cinco campi da UFPI no ano de 2013. Tais indivíduos tiveram sua trajetória acadêmica acompanhada durante todo o percurso dentro da instituição. Em outras palavras, analisamos os dados correspondem a um período de cinco anos: do ingresso na universidade até o momento de desistência ou conclusão da graduação.

A pesquisa abrange as primeiras turmas contempladas pela Lei Federal de n. 12.711/2012, que instituiu a reserva de vagas (cotas) no acesso ao ensino superior. Nesse ano, a UFPI ofertou, em seu edital, 13,5% das vagas para as cotas e 86,5% para a ampla concorrência. No total, 5.474 indivíduos foram selecionados, dentre os quais 4.736 ingressaram por ampla concorrência e 738, por cotas. Os estudantes selecionados por cotas foram distribuídos de acordo com o esquema apresentado na figura 1.

Em conformidade à Lei Federal de Cotas, dividiremos os discentes em cinco grupos de análise: ingressantes por Ampla Concorrência (AC); ingressantes que, independentemente da renda, tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (EP); ingressantes de baixa renda que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (EP+BR); ingressantes autodeclarados pretos, pardos ou indígenas que, independentemente da renda, tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (EP+PPI); ingressantes autodeclarados pretos, pardos ou indígenas de baixa renda e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (EP+BR+PPI).

Figura 1: Distribuição das vagas na UFPI em 2013, conforme a Lei 12.711



Fonte: GEMAA, a partir de dados da UFPI

*As vagas com recorte racial são calculadas proporcionalmente à população do estado no censo do IBGE

Para comparar o desempenho dos estudantes cotistas aos não-cotistas ao longo de suas trajetórias na UFPI, as variáveis que observaremos serão suas notas no processo seletivo, o Índice de Rendimento Acadêmico (IRA) e a taxa de evasão. O Índice de Rendimento Acadêmico é um coeficiente gerado a partir das médias das notas de disciplinas cursadas pelo aluno ao longo de sua trajetória acadêmica. A taxa de evasão é a razão entre a quantidade de ingressantes e a quantidade de desistentes de cada grupo aqui analisado. Estes dados serão analisados junto a outras variáveis de controle, como idade. Com essa abordagem, obteremos uma maior gama de informações sobre o perfil de alunos cotistas ligados à UFPI.

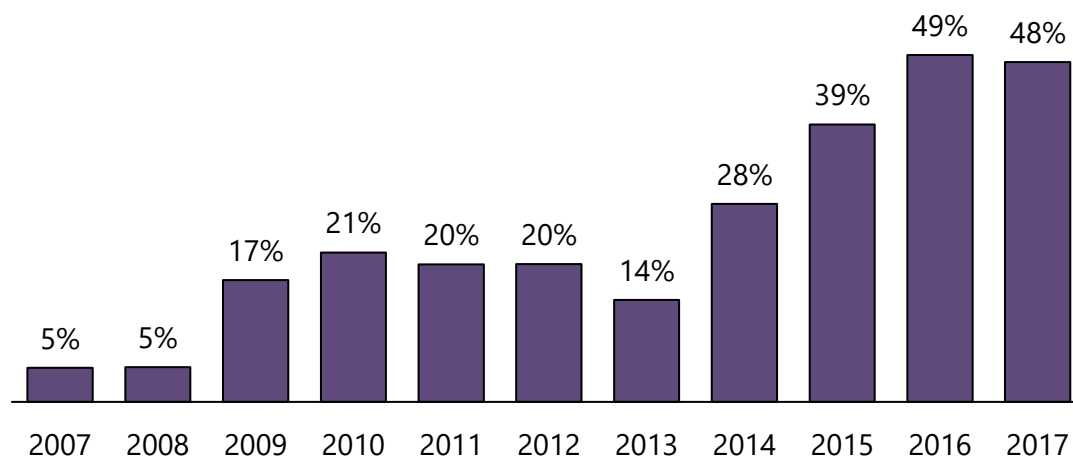
Resultados

Antes de partirmos para a análise dos resultados, é importante apresentarmos a evolução das políticas afirmativas na UFPI até 2013, ano em que a nossa análise se concentra. O percentual de vagas reservadas para oriundos de escola pública aumentou em 2009 para 20%, embora apenas 17% das vagas tenham sido preenchidas. Em 2010 e 2011, a universidade passou a adotar a nota do ENEM como forma de ingresso em metade das vagas gerais. Foi mantida a cota social apenas para as vagas do PSIU, o que, na prática, gerou a redução pela metade do montante de vagas ofertadas para oriundos de escola pública. Em 2012, a UFPI extinguiu o PSIU e adotou o ENEM como único meio de ingresso na instituição.

Apesar da Lei 12.711 prever uma reserva obrigatória de 50% das vagas ofertadas em instituições públicas, as universidades tiveram um período de quatro anos para se adaptarem à legislação, com um percentual mínimo de 12,5% de vagas para os cotistas a cada ano. No caso da UFPI, o valor inicial do primeiro ano de vigência da Lei foi de 13,5%, subindo para 28% em 2014, 39% em 2015 e 49% em 2016. Ainda assim, a quantidade relativa de vagas efetivamente ocupadas pode ser menor à estipulada pelas cotas, tendo em vista a nota de corte de alguns

cursos, que, uma vez baseada no Enem, pode ser alta⁵. O Gráfico 1⁶ apresenta a ocupação das vagas reservadas pela universidade entre 2007 e 2017:

Gráfico 1: Percentual de cotistas ingressantes na UFPI (2007-2017)



Fonte: GEMAA, a partir de dados da UFPI.

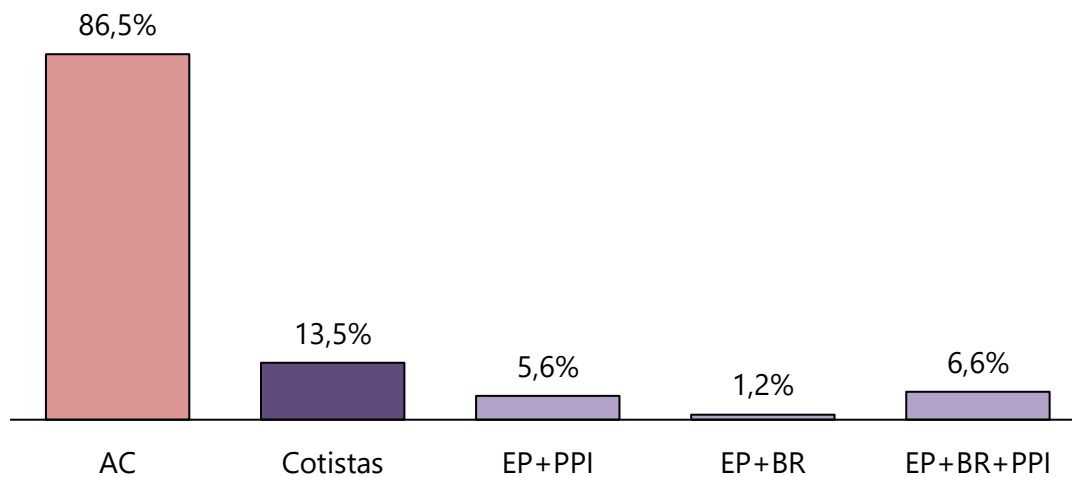
Vemos que o primeiro ano da política federal apresenta uma queda no percentual de vagas ofertadas pela universidade, de 20% para 14%. A adequação à Lei na UFPI não acompanhou o cenário nacional, que teve um percentual médio de reserva em 2013 de 31,5%, 40% em 2014, 47% em 2015 e 53% em 2016 e 2017 (MACHADO *et al.*, 2019). Ainda assim, é notável que a universidade se mantém acima dos valores progressivos indicados pela legislação.

No gráfico abaixo, percebe-se que os ingressantes via ampla concorrência preenchem integralmente as vagas previstas no edital (87%). O mesmo acontece com os ingressantes via reserva de vagas (13%). A relação entre a distribuição de porcentagem destinada a cotas para pretos, pardos e indígenas também respeita o previsto por lei, ou seja, corresponde à população preta, parda e indígena (PPI) do estado conforme último censo do IBGE (2010) – no caso aqui pesquisado, 73,51%.

⁵ Além disso, conforme os editais da UFPI, sempre que a porcentagem de vagas para cotas resultar em uma fração de números inteiros, esta deve ser arredondada para o número inteiro imediatamente superior.

⁶ Devido ao número muito pequeno (2) de ingressantes pela cota destinada a indivíduos egressos de escola pública (EP), este grupo foi suprimido do estudo.

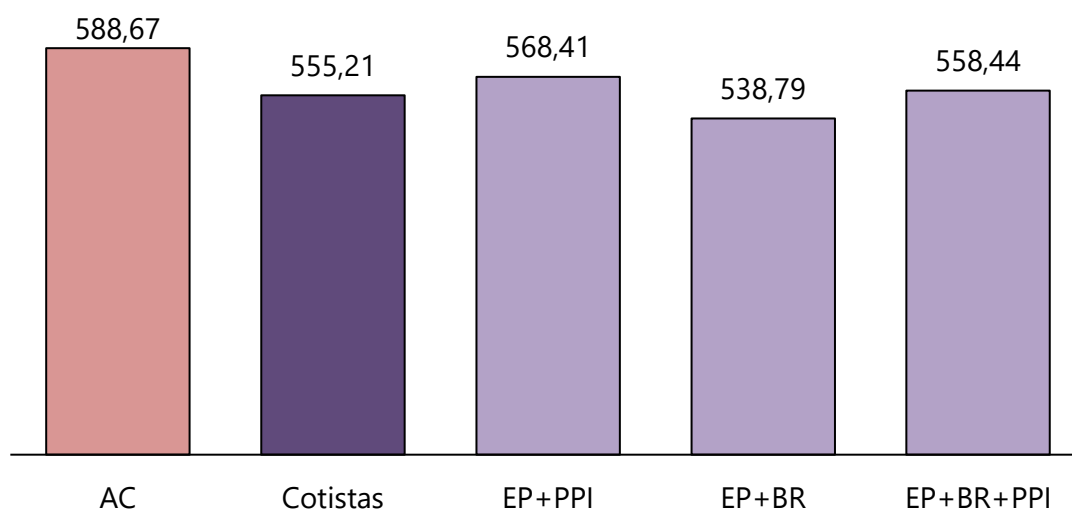
Gráfico 2: Percentual de alunos matriculados ingressantes via ampla concorrência e subgrupos de cotas em 2013



Fonte: GEMAA, a partir de dados da UFPI.

Nota no Enem

Em relação ao desempenho obtido no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), utilizado como mecanismo de avaliação para ingresso na instituição, o que se percebe é que ingressantes via ampla concorrência (AC) obtêm as notas mais altas em relação ao grupo de ingressantes via ação afirmativa. No gráfico 3, vemos que, entre cotistas, aqueles com recorte de baixa renda (EP+BR e EP+BR+PPI) obtiveram os desempenhos mais tímidos, com especial foco para cotistas sem recorte étnico-racial (EP+BR), que obtiveram aproximadamente 539 pontos (53,9% de aproveitamento no exame).

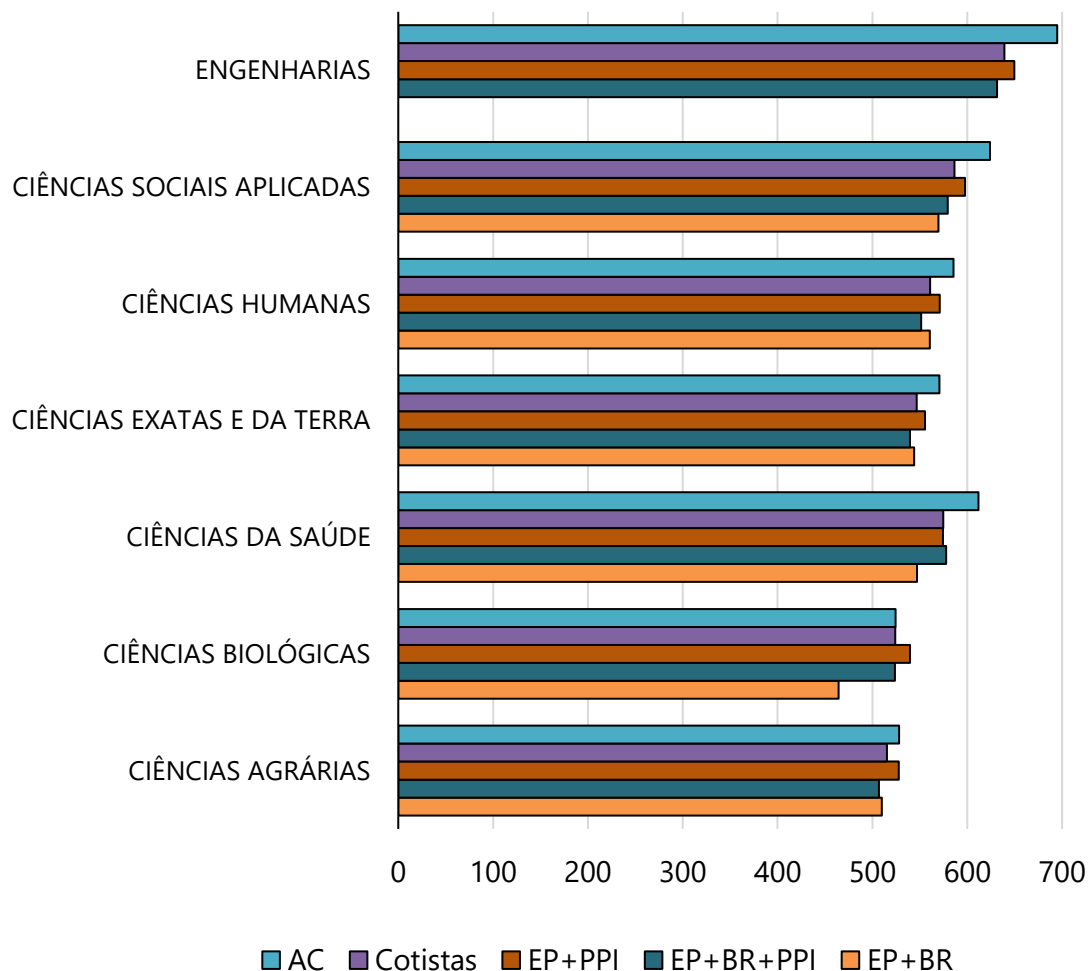
Gráfico 3: Nota média no ENEM de acordo com o tipo de ingresso

Fonte: GEMAA, a partir de dados da UFPI.

Fazendo uma análise comparativa dentre os grupos separados por áreas (gráfico 4), com base na divisão da CAPES, as engenharias possuem a média geral mais alta no ENEM, atingindo 688 pontos (68,8% de desempenho) na prova. É interessante notar que, dentro de tal área, não há cotistas oriundos de escola pública que possuam renda inferior a 1,5 salário mínimo per capita. É provável que, por conta da alta concorrência dos cursos inseridos nessa área, haja menos inscrições de alunos de baixa renda.

Em todas as áreas, com exceção de Ciências Biológicas, os ingressantes via ampla concorrência (AC) possuem desempenho no ENEM superior ao dos ingressantes cotistas. Nesta área, os desempenhos dos cotistas e não-cotistas são muito próximo: 524,20 dos estudantes de cotas versus 524,31 dos estudantes de ampla concorrência. Das oito áreas analisadas, seis possuem cotistas com recorte étnico-racial e sem recorte de renda (EP+PPI) com média superior aos demais cotistas – Engenharias, Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Humanas, Ciências Exatas e da Terra, Ciências Agrárias e da Terra e Ciências Biológicas. Na área de Ciências da Saúde, o grupo sem recorte étnico-racial (EP+BR) possui desempenho inferior em relação aos demais grupos de cotistas e aos ingressantes via ampla concorrência, assim como em Linguística, Letras e Artes.

Gráfico 4: Nota média no ENEM de acordo com o tipo de ingresso por área da CAPES em 2013



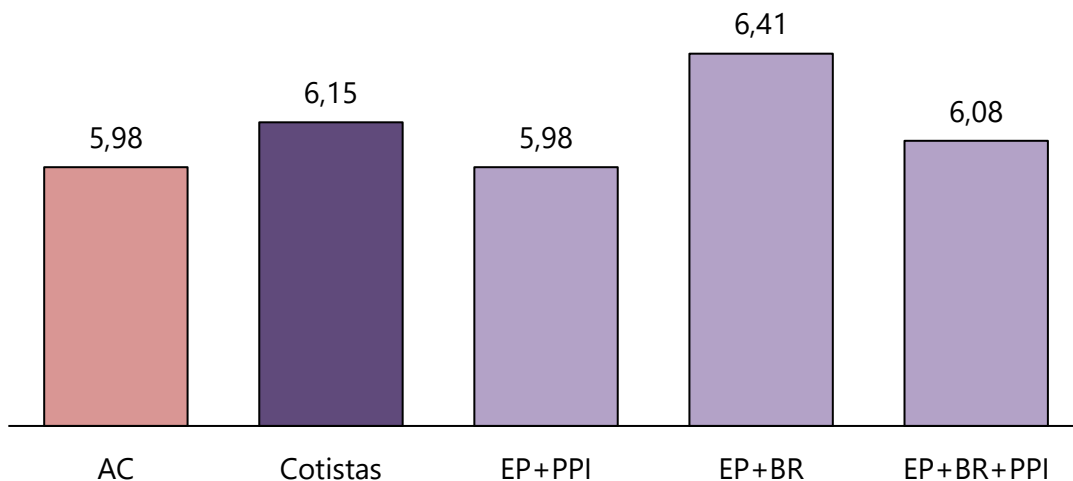
Fonte: GEMAA, a partir de dados da UFPI.

Índice de Rendimento Acadêmico

O Índice de Rendimento Acadêmico (IRA) é resultante da média geral das notas de todas as disciplinas cursadas pelo indivíduo ao longo de sua graduação, variando de 0 a 10. Observando estes números, vemos uma mudança em relação ao desempenho no processo seletivo. Se antes o grupo ingressante pela ampla concorrência (AC) conquistou a melhor nota, quando analisamos o IRA, vemos que o resultado se modifica. De um modo geral, os cotistas obtiveram desempenho superior, com nota média de 6,15 (61,5%) em relação ao primeiro grupo, que obteve média de 5,78 (59,8%). Dentre os cotistas, o grupo com maior desempenho foi o de estudantes oriundos de escolas públicas com renda inferior a 1,5 salário mínimo per capita (EP+BR), com média de 6,41 (ou 64,1%). Cotistas

com recorte étnico-racial obtiveram notas semelhantes (EP+PPI) ou acima (EP+BR+PPI) dos ingressantes via ampla concorrência (AC), muito embora não tenham atingido o mesmo índice de rendimento daquele grupo de cotistas sem tal recorte.

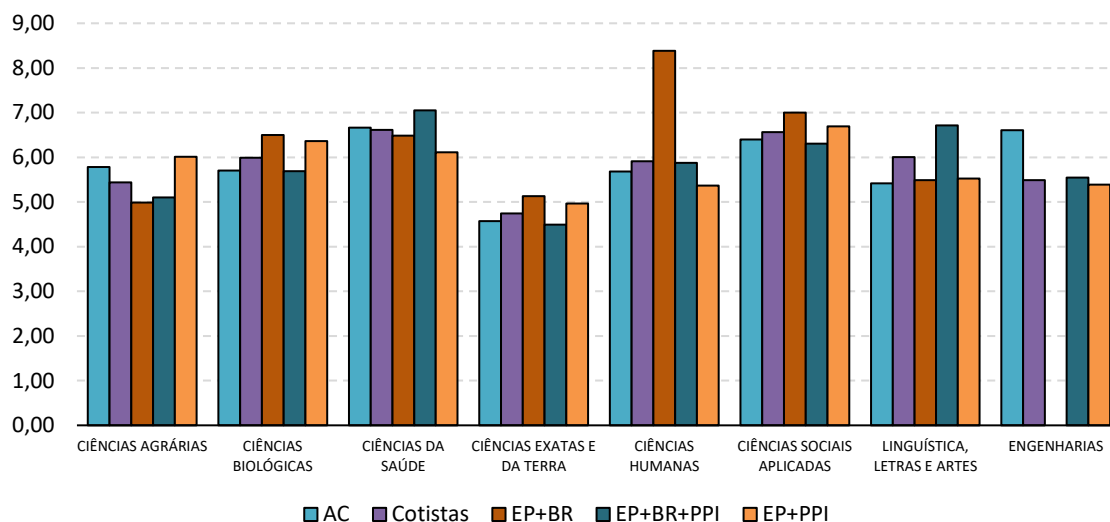
Gráfico 5: Índice de rendimento acadêmico médio de acordo com o tipo de ingresso entre ingressantes do ano de 2013 e que se formaram ou permaneceram em seus cursos até 2018



Fonte: GEMAA, a partir de dados da UFPI.

Quando analisamos os índices de rendimento acadêmico de cursos distribuídos conforme as áreas de conhecimento da CAPES, como é possível ver no gráfico 6, o que se percebe é que não há um padrão. Ingressantes via ampla concorrência (AC) tendem a obter desempenho superior nas Engenharias, as quais, como vimos, não possuem cotistas ativos do grupo de oriundos da escola pública e das camadas de baixa renda. Os mesmos ingressantes via ampla concorrência mostram um desempenho médio semelhante ao dos cotistas nas Ciências da Saúde e nas Ciências Humanas.

Gráfico 6: Índice de rendimento acadêmico médio de acordo com o tipo de ingresso e da área do curso segundo divisão da Capes



Fonte: GEMAA, a partir de dados da UFPI.

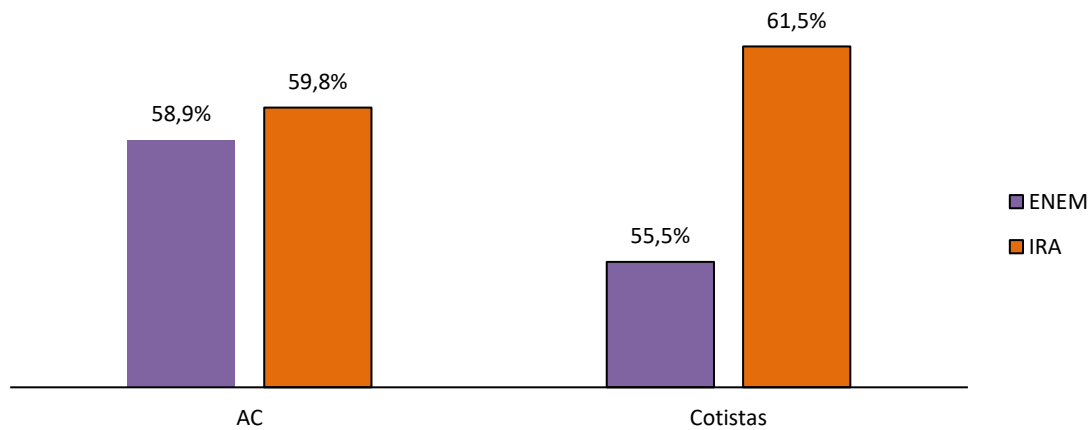
É interessante notar que, com exceção das Engenharias, os cotistas apresentam médias de notas acima dos ingressantes por ampla concorrência. O grupo dos egressos de escolas públicas e com baixa renda (EP+BR) tem destaque nas áreas de Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Exatas e da Terra, Ciências Humanas e Ciências Biológicas. O grupo de ingressantes de escolas públicas de baixa renda com recorte étnico-racial (EP+BR+PPI) se sobressai nas áreas de Ciências da Saúde e em Linguística, Letras e Artes, com aproveitamento médio de 6,7. Já o grupo cotista de escola pública com recorte étnico-racial com renda superior a 1,5 salário mínimo per capita (EP+PPI), apesar de não apresentar os melhores resultados em nenhuma das áreas, se destaca em relação aos de ampla concorrência nas Ciências Sociais Aplicadas (6,7), Ciências Agrárias (6,0) e Ciências Biológicas (6,4%).

Em resumo, as médias dos índices de rendimento acadêmico dos grupos de cotistas, considerados como um todo, são superiores às médias do grupo ingressante via ampla concorrência em cinco das oito áreas de conhecimento da CAPES, sendo inferiores nas áreas de Engenharia e Ciências Agrárias e semelhante nas Ciências da Saúde.

O ENEM e o desempenho acadêmico

Quando relacionamos os resultados do ENEM com o Rendimento Acadêmico (IRA) dos estudantes, temos um quadro analítico interessante. Sobressai-se o fato de que, embora os alunos ingressantes por ampla concorrência possuam notas superiores no processo seletivo de acesso ao ensino superior, o grupo de cotistas consegue conquistar, ao longo da trajetória acadêmica, desempenho médio superior ao daqueles que não ingressaram por cotas.

Gráfico 7: Percentual de aproveitamento médio de cotistas e não-cotistas no ENEM e no IRA



Fonte: GEMAA, a partir de dados da UFPI.

No gráfico 7, agrupamos os dois dados para realizarmos a comparação. Como vemos, ingressantes via ampla concorrência (AC) possuem desempenho de 58,9% no ENEM e cotistas, de 55,5%. Quando o foco é o IRA, os cotistas possuem desempenho ao longo da trajetória acadêmica de 61,5%, enquanto ingressantes via ampla concorrência atingem 59,8%. Desta forma, vemos que estudantes não-cotistas tendem a manter um mesmo nível de aproveitamento antes e depois do ingresso na universidade. Por outro lado, alunos cotistas, ao longo da graduação, apresentam resultados melhores que no processo seletivo, mantendo-se acima do desempenho dos ingressantes por ampla concorrência.

Uma hipótese que pode justificar esta tendência é a de que a educação básica do grupo de cotistas não se mostra capaz de prepará-los adequadamente para os exames de seleção. Outra questão a ser levantada enquanto hipótese é a de que este grupo de cotistas não consegue nota semelhante ao grupo oriundo das

escolas particulares porque precisou dividir seu tempo entre a formação educacional e o mercado de trabalho. Quanto a isso, Hasenbalg (2003) indica que os indivíduos no Brasil tendem a ingressar precocemente no mercado de trabalho e que costumam conciliar trabalho com estudo.

Em relação ao nivelamento no desempenho acadêmico no decorrer da graduação, a hipótese explicativa é a de que os estudantes conseguem um bom rendimento graças à existência de políticas de assistência estudantil na instituição, tais como bolsa alimentação, residência universitária, bolsa trabalho, bolsa alimentação, serviço de atendimento odontológico, atendimento médico, serviço psicossocial, dentre outros. Essas políticas são importantes porque visam o aumento dos índices de permanência no ensino superior.

Evasão

Os índices de evasão tanto de cotistas (42,2%), quanto de não-cotistas (45,6%) são altos. Dentre os cotistas, alunos egressos de escolas públicas com renda familiar per capita inferior a 1,5 salário mínimo (EP+BR) possuem o menor nível de evasão, correspondente a 37%. O único grupo de cotistas com evasão superior à ampla concorrência foi o de oriundos da escola pública, pretos, pardos e indígenas (EP+PPI), com 46,6%.

Tabela 1: Taxa de evasão por grupos ingressantes na UFPI em 2013

	Matrículas realizadas	Matrículas canceladas (n)	Matrículas canceladas (%)
Total	5.474	2.482	45,3%
Ampla concorrência	4.736	2.158	45,6%
Cotistas	736	323	43,8%
Cota EP+BR	65	24	36,9%
Cota EP+BR+PPI	362	155	42,8%
Cota EP+PPI	309	144	46,6%

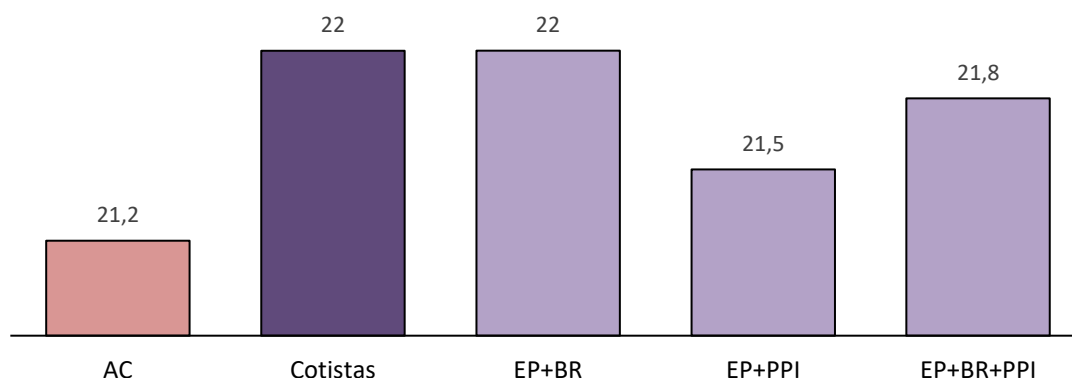
Fonte: GEMAA, a partir de dados da UFPI.

Em pesquisas feitas em outras universidades, percebe-se essa tendência de grupos de alunos cotistas evadirem menos da graduação, embora, no geral, demorem mais tempo para se formar (MATOS; FERREIRA; PINHEIRO; DALMAS, 2010; DALLABONA; SCHIEFLER FILHO, 2011; GRINER; GOMES; SAMPAIO; SOUZA, 2013; MENDES JUNIOR, 2014; BRAZ, 2014; 2017). Isso sugere que estes grupos podem estar, em paralelo com sua formação educacional, inseridos no mercado de trabalho – um indicativo da necessidade de políticas de assistência estudantil que garantam a dedicação exclusiva destes indivíduos à vida acadêmica. Quanto ao alto índice de desistência encontrado na universidade, outra explicação cabível seria a mudança de cursos.

Idade

A média da idade de ingressantes da UFPI é de 21,6 anos. Aqueles que chegaram na universidade via ampla concorrência (AC) apresentam uma média etária de 21,2 anos. No grupo de cotistas, a média é de 22 anos. Isso indica que não existem diferenças significativas em relação à idade com que diferentes grupos acessam a universidade.

Gráfico 8: Média da idade no ingresso à instituição por grupos de cota e ampla concorrência



Fonte: GEMAA, a partir de dados da UFPI.

Entre ingressantes via ação afirmativa, os dois grupos com as menores médias de idade de ingresso são os que incluem alunos de baixa renda (EP+BR e EP+BR+PPI), sendo que os cotistas com recorte étnico-racial são os que ingressam mais jovens. Já o grupo étnico-racial sem baixa renda (EP+PPI) possui a maior média de ingresso na instituição, 22 anos⁷.

Um dado interessante é que indivíduos autodeclarados indígenas aparecem como o grupo que ingressou na UFPI com uma idade superior a todos os outros grupos raciais (23,14). Também é interessante ressaltar que não há indígenas ingressantes nas cotas que não possuem recorte étnico-racial. Eles ingressaram ou por cotas de recorte étnico (2 indivíduos), ou via ampla concorrência (12 indivíduos).

Conclusão

Este estudo se ocupou em analisar, em primeiro plano, o desempenho dos alunos da Universidade Federal do Piauí ao longo de sua trajetória acadêmica. Com base nele, verificamos que, apesar dos alunos ingressantes por ampla concorrência (AC) alcançarem notas superiores no processo seletivo de ingresso,

⁷ Há algumas hipóteses que podem responder essa diferença na média de idade no ingresso dos estudantes cotistas. As principais são as seguintes: (1) eles também tendem a atuar no mercado de trabalho, o que reduz o tempo de investimento na dedicação aos estudos; (2) de um modo geral, eles precisam de mais tempo para se prepararem para o ENEM, devido ao fato de serem oriundos de escolas públicas, instituições nas quais a educação básica costuma ter uma qualidade inferior, quando comparada ao ensino proporcionado nas escolas particulares; (3) finalmente, eles apresentam altos índices de repetência e de evasão escolar, além de baixo acesso a bens culturais e econômicos ao longo de sua formação.

o grupo de cotistas consegue atingir, no decorrer da graduação, desempenho semelhante ou superior ao grupo de não-cotistas, conforme os dados demonstrados. Isto comprova que a polêmica a respeito do desempenho de cotistas ser inferior e produzir impactos negativos na qualidade do ensino superior não possui validade empírica.

Em relação ao índice de evasão, a média geral de cotistas indica que estes tendem a abandonar menos a graduação do que os não-cotistas, apesar de ambos os grupos atingirem altos números nesse quesito. Há estudos indicando que grupos de cotistas, em comparação aos não-cotistas, gastam mais tempo para finalizar a graduação (BRAZ, 2014; 2017). Ou seja, cotistas desistem menos do ensino superior, mas demoram mais tempo para se formar. Diante dessa tendência, as políticas de permanência devem ser repensadas para reduzir o tempo que os cotistas gastam para conseguir o seu diploma.

Apesar da pesquisa lançar luz a um lugar tratado como periférico pelas ciências sociais brasileiras, ela aponta tendências semelhantes a universidades situadas em estados que ganham mais visibilidade no país. Os resultados aqui apresentados sobre evasão e rendimento acadêmico são próximos, por exemplo, daqueles ligados a uma pesquisa feita na UERJ. Tal pesquisa faz parte do relatório de avaliação da política de cotas de 2017, elaborado pela Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro, o qual foi revisitado por Evandro (2004).

Pesquisas em outras universidades também apontam resultados semelhantes aos encontrados na UFPI; por exemplo, os estudos realizados na Universidade de Brasília, Universidade Federal da Bahia, Universidade Estadual de Londrina, Universidade Tecnológica Federal do Paraná e Universidade Federal do Rio Grande do Norte (EVANDRO, 2004; QUEIROZ; SANTOS, 2006; CARDOSO, 2008; VELLOZO, 2009; MATOS; FERREIRA; PINHEIRO; DALMAS, 2010; DALLABONA; SCHIEFLER FILHO, 2011; GRINER; GOMES; SAMPAIO; SOUZA, 2013; MENDES JUNIOR, 2014). Isto demonstra que há uma tendência comum, mesmo em instituições de diferentes portes e características regionais. Nesse sentido, é possível projetar resultados relacionados ao desempenho de cotistas a partir de diferentes contextos.

As políticas de ação afirmativa promovem a democratização da educação. Elas geram a redução das desigualdades no que se refere ao acesso à universidade,

muito embora esse nível educacional continue sendo um privilégio para poucos. Segundo dados da Pesquisa Nacional de Domicílios Contínua (PNAD, 2016), apenas 15,3% da população brasileira possui ensino superior completo. O grupo de indivíduos brasileiros pretos ou pardos com tal nível de escolaridade é de 8,8%, contrastando com a população branca, que atinge 22,2%. Esses números demonstram a importância da diversidade racial e de classe no ensino superior.

Referências

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 23 dez. 1996, p. 27894.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.

BRAZ, Laís Müller Napoleão. A política de cotas sociais na Universidade Federal do Piauí: um estudo comparativo entre o desempenho acadêmico de alunos cotistas e não-cotistas. 2014. 77f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2014.

BRAZ, Laís Müller Napoleão. Cotas sociais no acesso ao ensino superior como questão de justiça social. 2017. 148f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2017.

CARDOSO, Claudete. Efeitos Da Política de Cotas na Universidade De Brasília: Uma análise do rendimento e da evasão. Brasília: UNB, 2008.

DAFLON, Verônica Toste; JUNIOR, João Feres; CAMPOS, Luiz Augusto. Ações afirmativas raciais no ensino superior público brasileiro: um panorama analítico. Cadernos de pesquisa, v. 43, n. 148, p. 302-327, 2013.

DALLABONA, C. A.; SCHIEFLER FILHO, M. F. O. Desempenho acadêmico de estudantes oriundos de escolas públicas: cursos de graduação do campus Curitiba da UTFPR. Anais do XXXIX Congresso Brasileiro de Educação em Engenharia. Blumenau, SC, Brasil, 2011.

EVANDRO, M. S. Resultados do primeiro ano dos alunos cotistas na UERJ. Trabalho apresentado no Congresso Brasileiro de Educação em Engenharia – COBENGE, 2004.

GONÇALVES, E. M.; CHUEIRI, V. M. M.; CHUEIRI, L. H. M. Análise do desempenho acadêmico dos alunos do curso de engenharia: uma comparação entre os alunos egressos das escolas pública e particular. *In: Congresso Brasileiro de Educação em Engenharia*, 36, 2008, São Paulo, Anais [...] São Paulo: USP, 2008. p. 1-6.

GRINER, Among; GOMES, Anna Cecília Chaves; SAMPAIO, Luciano Menezes Bezerra; SOUZA, Shirley Kelly Costa de. Políticas de cotas: desempenho acadêmico e determinantes de acesso à Universidade Federal do Rio Grande do Norte. *Revista Ciências Administrativas*, Fortaleza, v. 19, n. 1, 2013.

HASENBALG, Carlos; SILVA, Nelson do Valle. *Origens e Destinos: Desigualdades sociais ao longo da vida*. Rio de Janeiro: TopBook, 2003.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Resumo Técnico: Censo da educação básica 2018. Ministério da Educação: 2018a.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Sinopses estatísticas da educação básica. Ministério da Educação: 2018b.

MACHADO, Marcell; BESSA, Águida; FERES JÚNIOR, João. Evolução da Lei nº 12.711 nas universidades federais (2003-2017). Levantamento das políticas de ação afirmativa (GEMAA), IESP-UERJ, p. 1-21, 2019.

MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura. Política de cotas raciais, os "olhos da sociedade" e os usos da antropologia: o caso do vestibular da Universidade de Brasília (UnB). Horizontes antropológicos, v. 11, n. 23, p. 181-214, 2005.

MARIO, Camila Gonçalves de. Saúde como questão de justiça. 2013. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2013.

MATOS, L. M. S.; FERREIRA, W.; PINHEIRO, A. C. D.; DALMAS, J. C. Avaliação do Sistema de Cotas para Estudantes Oriundos de Escolas Públicas e Afrodescendentes na Universidade Estadual de Londrina. Anais do I Seminário de políticas públicas no Paraná: escola de governo e universidades estaduais. Curitiba, PR, Brasil, 2010.

MENDES JUNIOR, Álvaro Alberto Ferreira. Uma análise da progressão dos alunos cotistas sob a primeira ação afirmativa brasileira no ensino superior: o caso da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 22, n. 82, p. 31-56, jan./mar. 2014.

PASSOS, Guiomar de Oliveira; GOMES, Marcelo Batista. Acesso à Universidade Federal do Piauí: Efeitos da desigualdade social no processo seletivo de 2005. In: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, 2012, Teresina-Piauí. XV Encontro de Ciências Sociais do Norte e Nordeste e pré-alias Brasil. [S. l.], 2012.

PASSOS, Guiomar de Oliveira; GOMES, Marcelo Batista. A instituição da reserva de vagas na universidade brasileira: os meandros da formulação de uma política. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 22, n. 85, p. 1091-1114, 2014.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS (PNAD). Síntese de indicadores 2015. Rio de Janeiro: IBGE, 2016.

QUEIROZ, Delcele Mascarenhas; SANTOS, Jocélio Teles dos. Sistema de cotas: um debate. Dos dados à manutenção dos privilégios e de poder. Educ. Soc., Campinas, v. 27, n. 96, out. 2006.

UFPI. Universidade Federal do Piauí. Guia acadêmico da Universidade Federal do Piauí. Teresina – Piauí: [s. n.], 2009. Disponível em: http://leg.ufpi.br/subsiteFiles/cede/arquivos/files/guia_academico_2009.pdf.

VELLOSO, Jacques. Cotistas e não-cotistas: rendimento de alunos da Universidade de Brasília. Cad. Pesqui., São Paulo, v. 39, n. 137, p. 621-644, maio/ago. 2009.

Como citar

BRAZ, Laís Müller Napoleão; EURÍSTENES, Poema; FREITAS, Jefferson Belarmino de; SANTOS, Airton. Ações afirmativas e desempenho acadêmico: uma análise da Universidade Federal do Piauí. *Textos para discussão GEMAA*, n. 20, p. 1-22, 2019.